

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

O MOVIMENTO FEMINISTA COMO ESPAÇO PROMOTOR DE SAÚDE MENTAL¹
THE FEMINIST MOVEMENT AS A SPACE FOR PROMOTING MENTAL HEALTH

Ana Claudia Delajustine²

¹ Projeto de pesquisa da pós graduação strictu sensu em Direito, mestrado em Direitos Humanos.

² Mestranda e bolsista CAPES do programa de pós graduação strictu sensu - Mestrado em Direito na área de concentração Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Resumo: O patriarcado é um sistema histórico de dominação, exploração e opressão para com as mulheres; e é inegável afirmar de que é sob essa lógica patriarcal que se vive. Dessa forma, outros sistemas que guiam a existência social, econômica e política dos seres humanos vai responder também ao patriarcado, construindo conceitos normatizados e performáticos de gênero. Assim, é possível verificar um maior sofrimento psíquico na condição de mulher. O objetivo dessa escrita é demonstrar que os movimentos feministas sejam espaço de resistência pela vida com cidadania das mulheres, como método de enfrentamento de uma sociedade que permanece sob a lógica do patriarcado e também como rede de promoção de saúde mental. Essa pesquisa bibliográfica surge base para pesquisa relacionada ao Programa de Pós Graduação Strictu Sensu em Direito, vinculado ao Mestrado em Direitos Humanos da UNIJUI; e utiliza como suporte bibliográfica autoras sobre gênero e saúde mental, como Valeska Zanello, Judith Butler, Simone Beauvoir e Carole Pateman.

Palavras chaves: feminismo; saúde mental; patriarcado, gênero.

Abstract: Patriarchy is a historical domination, exploitation and oppression system against women; and it is irrefutable to say that it is under this patriarchal logic that we live. Therefore, other systems which guide the social, economic and political existence of human beings will also respond to the patriarchy, establishing determined and performative concepts of gender. Thus, a bigger psychological distress in women's condition is noticeable. The purpose of this paper is to demonstrate the the feminist movements atcs as a resistance group for life along with women citizenship, as a fighting method in a society which stands under the patriarchal logic and also as a promotion of mental health. This bibliographic research comes as base for the research related to the Post Graduation Program Strictu Sensu in Law, bounded by the Master in Human Rights from UNIJUI; and takes as bibliographic support authors on gender and mental health, such as Valeska Zanello, Judith Butler, Simone Beauvoir and Carole Pateman.

Key words: Feminism; mental health, patriarchy, gender.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Introdução

Essa pesquisa surge com o objetivo de explorar o movimento feminista como um espaço de cuidado e acolhimento para pessoas na condição de mulher, visando o cuidado de sua saúde mental. Dado que alguns diagnósticos vem sendo feitos com base em sintomas já pré estabelecidos como indicador de sofrimento psíquico, e que esses sintomas podem ter sido construídos a partir de performances de gênero; cabe aqui uma investigação.

O estudo relata brevemente o movimento feminista no Brasil e no mundo, para situar historicamente o pensamento aqui abordado e as demandas que percorrem o movimento. Para abordar o sofrimento psíquico que existe atualmente, o conceito de patriarcado é desdobrado, segundo Carole Pateman (1993) e Simone Beauvoir (1983), sendo entendido como um sistema de dominação que foi naturalizado e hoje encontra-se normatizado em sociedade.

A partir da autora Valeska Zanello, constrói-se uma relação entre gênero e saúde mental, na qual denuncia-se dispositivos causadores de sofrimento psíquico que podem levar ao diagnóstico de algum transtorno mental. Percebe-se aqui esses dispositivos como tarefas naturalizadas como pertencentes às mulheres. E dessa forma, a pesquisa do movimento feminista como um espaço no qual essas naturalizações não fazem parte, demonstra-se crucial para a promoção de saúde mental das mulheres.

Metodologia

O estudo ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica, de autoras sobre gênero, saúde mental, feminismo e patriarcado. Algumas autoras usadas como suporte foram Valeska Zanello, Carole Pateman, Simone Beauvoir e Judith Butler. Salienta-se que a autora desse estudo acredita em uma ótica feminista capaz de proporcionar saúde mental mais qualificada para pessoas em condição de mulher. A pesquisa também faz parte do projeto Da pós graduação *strictu sensu* em Direito, do programa de mestrado em Direitos Humanos da UNIJUI.

O movimento feminista

Até o século XIX pouco foi conquistado no caminho dos direitos das mulheres. Vivia-se em uma sociedade de repressão e desigualdade; e a luta das mulheres permeava sobre direito à vida política, educação, direito ao divórcio e o acesso ao mercado de trabalho. “Desde as suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – portando dos direitos como cidadã.” (PINTO, 2003, p. 9).

A partir do fim desse século e começo do século XX, algumas mudanças passam a acontecer perante as greves pedindo a regularização do trabalho feminino assim como melhores condições. As sufragistas passam a ter mais consciência do que significava lutar por direitos, e iniciaram uma elaboração própria que resultou na primeira onda do movimento feminista.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

A publicação do livro *O Segundo Sexo*, de Beauvoir, em 1945 inaugura o feminismo teórico e explicativo. A autora afirma que o homem define a mulher em relação a ele, e não um sujeito com autonomia, mas com dependência. Beauvoir inaugura uma nova concepção de mulher, ampliando os conceitos de gênero, com sua frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (1983, p. 9), e pontuando que mulher “é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (1983, p. 9). O movimento feminista da metade do século XX estende o conceito de gênero e de feminismo, marcando o início da segunda onda, que

“se apoia em um amplo movimento de mulheres que se organizam, reuniram e discutiram as experiências de suas vidas cotidianas em grupos, e que tiveram papel determinante na tomada de consciência dessas mulheres a respeito da subordinação, e cuja reflexão interna propiciou um espaço próprio tanto em suas vidas diárias como nas organizações políticas e na elaboração teórica.” (NIELSSON, 2016, p. 147).

Ao fim da década de 70, foi possível certa abertura no espaço político para debater temas acerca do feminismo, tanto para a reivindicação de políticas públicas próprias como para a reflexão do lugar social da mulher. As exiladas brasileiras retornam no começo da década de 80 e trazem consigo a influência do movimento feminista europeu, “nos anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada” (SARTI, 2004, p. 42). A especialização na área da saúde e a pesquisa acadêmica sobre a mulher aumentaram consideravelmente.

O passar dos anos demonstrou que o movimento feminista ainda teria muitos caminhos a serem percorridos em razão de discursos internalizados sócio historicamente contra seus princípios, contribuindo para o nascimento da terceira onda feminista, na qual está em questão a condição de ser mulher.

Nos anos 2000 surgem debates intelectuais sobre o controle dos corpos femininos, a fragmentação dos mesmos, a imposição de padrões, a indústria da beleza, a prostituição e estudos de gênero, além da influência do capitalismo nesse sistema de controle ao qual chamamos de patriarcado. Nos últimos 18 anos, cresceram: as especialidades na saúde da mulher, as leis que abrangem os aspectos em vulnerabilidade do feminino, os pedidos de educação sexual, e, principalmente o número de pessoas do gênero feminino que passou apropriar-se do movimento feminista como espaço de identidade e reconhecimento.

Fraser (2007) aborda as reivindicações do movimento feminista sob o aspecto econômico basicamente do neoliberalismo e entende que o feminismo possui três fases a nível mundial: a primeira, alcança a América do Norte e a Europa Ocidental, surgindo novos movimentos sociais. A

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

segunda fase é mais evidente nos Estados Unidos, e a terceira ocorre em espaços políticos transnacionais. Dividir os momentos do feminismo pela lógica geográfica é essencial para que torne-se possível compreender os motivos de cada movimento ter acontecido singularmente em cada espaço geográfico e temporal.

Atualmente, no Brasil e em grande parte do mundo, as demandas feministas por reconhecimento crescem. As reivindicações do movimento por justiça e redistribuição de poderes não deixam de existir, mas o reconhecimento das identidades e das diferenças torna-se mais urgente. Com a união da redistribuição e do reconhecimento, Fraser diz necessária uma terceira dimensão: a representação.

“Representação não é apenas uma questão de assegurar voz política igual a mulheres em comunidades políticas já constituídas” (FRASER, 2007, p. 305), mas uma questão de recolocar discussões sobre justiça e possibilitar que o movimento feminista exista sob um tripé de redistribuição - sob o olhar econômico -, reconhecimento - sob o olhar cultural - e representação - sob o olhar político. Dessa forma, sob o slogan “direitos das mulheres, direitos humanos, feministas ao redor do mundo estão conectando as lutas contra as práticas patriarcais locais a campanhas para reformar o direito internacional” (FRASER, 2007, p. 304) e ter acesso e possibilidades nas áreas econômica, cultural e política.

O patriarcado

O feminismo atual relata que a experiência masculina é privilegiada historicamente, enquanto a feminina é desvalorizada; assim como os detentores do poder seguem sendo os homens, com a naturalidade de domínio sob as mulheres, inclusive, sob seus corpos. A primeira problemática é o patriarcado, sistema de dominação masculina.

O patriarcado é aqui entendido como um sistema de opressão e exploração sobre as mulheres; mas também diz respeito a uma forma de poder político. O sistema patriarcal se alimenta de do domínio masculino no ambiente privado e na organização das instituições políticas - a partir de um modelo de dominação.

O homem sempre teve como seu espaço o público e a mulher foi confinada ao espaço privado, qual seja, nos limites da família e do lar, ensejando assim a formação de dois mundos: um de dominação, produtor - (mundo externo) e o outro, o mundo de submissão e reprodutor (interno). (RITT, 2008, p. 2)

Assim, o espaço ditado socialmente para ocupação do homem é a esfera pública, enquanto

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

a mulher tem seu destino associado à esfera privada. Essa é a base que resulta em desigualdades de oportunidades e na violência de gênero, seja no espaço público ou privado, contribuindo para a dominação masculina e submissão feminina. As funções foram sendo predeterminadas pela construção sócio histórica dos papéis sociais: o homem como quem sustenta a família e a mulher como cuidadora do lar.

Beauvoir assegura que o grande feito do patriarcado não foi por acaso e tampouco resultado de uma revolução, “o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos” (1983, p. 97). Enquanto o poder social que ia sendo atribuído naturalmente ao homem, a mulher estava “condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino” (1983, p. 97).

De acordo com a historicidade, o sistema patriarcal é naturalizado, subentendido, ou, de acordo com Santos e Lucas (2015, p. 35):

Há um inconsciente, agora já nem tão inconsciente assim, patriarcal, masculino e heterossexual, que funciona mediante um sistema de comunicações praticamente silenciosas, mas avassaladoramente eficazes na estruturação e dinâmica dos processos de dominação das mulheres pelos homens (...).

Pateman (1993) explica que essa concepção de patriarcado, segundo a qual ele é origem da constituição de uma vida na esfera social, é uma construção literal – paterno – e genérica de patriarcado, relacionada diretamente à suposição do conceito de família. Como ela afirma, “a gênese da família (patriarcal) é frequentemente entendida como sinônimo da origem da vida social propriamente dita, e tanto a origem do patriarcado quanto a da sociedade são tratadas como sendo o mesmo processo” (PATEMAN, 1993, p. 43).

Como Pateman (1993) já declarava, o patriarcado trata de uma forma de poder político que foi ignorado por muito tempo enquanto se discutiam essas mesmas formas. Esse sistema de dominação leva ao silenciamento da mulher, perda de sua autonomia e de sua voz enquanto ser humano e ser político. Esse silêncio forçado não remete a não existência de um discurso feminino, mas sim de discursos masculinos que são reproduzidos e que definem histórico e socialmente a apropriação de corpos – físicos e subjetivos – de mulheres. Naturaliza-se as desigualdades hierárquicas entre homens e mulheres.

Considerando que o meio social atual é proveniente de modo sócio cultural hierarquizado pelo patriarcado, no qual a opressão sofrida pela mulher é a consequência desses aspectos históricos, é inegável que as visíveis desigualdades reproduzem violências físicas e subjetivas nesse cenário opressor, resultando na violação de seus direitos humanos, assim como na vulnerabilidade de sua saúde mental.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Saúde mental e gênero

Uma releitura da história da loucura sob o prisma das relações de gênero permite verificar que na época da Grande Internação, a voz das mulheres foi silenciada, tornando a história da psiquiatria um relato composto por discursos de médicos homens sobre mulheres loucas. O manicômio, símbolo da época, pode ser entendido como símbolo de todas as instituições criadas pelos homens, confinando as mulheres. Ao homem foi identificado a racionalidade, enquanto à mulher, a insanidade; tornando a loucura característica da própria essência feminina.

Os estudos feministas sobre gênero surgiram com maior ênfase na terceira onda, que traz consigo um movimento de desconstrução da ideia de identidade de gênero, apontando que “o gênero não é apenas uma construção social a partir da diferença sexual, mas que a própria diferença sexual é uma construção de gênero” (ZANELLO, FIUZA, COSTA, 2015, p. 238).

De acordo com Butler (2015) o gênero é uma performance que pela repetição dos atos, vai sendo cristalizado. Essa repetição se dá como estratégia de sobrevivência, sugerindo que existam situações de coação social punitiva. Assim, tornar-se mulher ou homem, em uma sociedade binária e patriarcal, seria obrigar o corpo a se estabelecer como um ou outro.

A participação do gênero ocorre de forma direta no sofrimento psíquico dos seres humanos, já que essa própria experiência de sofrimento é também construída socialmente. Casares (2008) afirma que os estereótipos de gênero sustentam a desigualdade e as relações de poder entre eles, construindo espaços de privilégios que também são espaços formados de identidades. Ou seja, privilegiam certos padrões comportamentais - ou performáticos, segundo Butler (2015) - que definem o que seria um homem e o que seria uma mulher. A experiência subjetiva de ser alguém com identidade própria acaba por ser moldada por uma configuração social que responde ao patriarcado.

De acordo com estudos realizados por Zanello e Gomes (2010), Zanello e Romero (2012), e ainda Zanello, Fiuza e Costa (2015), algumas categorias são mais valorizadas nas mulheres, como: renúncia sexual, traços de caráter relacional e beleza estética. Ou seja, é prescrito que socialmente, as mulheres devem ser dóceis, devotadas, recatadas e também amantes. Esse padrão social imposto aprisiona as mulheres, de modo que permaneçam silenciadas. Pode-se pensar a depressão como condição da existência feminina, considerando a impossibilidade de exteriorização de sentimentos próprios e a interiorização de padrões normativos.

Não é o objetivo nessa escrita analisar a condição masculina, entretanto, também cabe pensar um processo de sofrimento psíquico. Pois existe um padrão imperativo de assumir uma postura de provação de sua virilidade, passando por uma validação social, e possibilitando que adoçam por serem oprimidos em sua própria opressão.

A pesquisa de Zanello, Fiuza e Costa (2015) apresenta alguns dispositivos na condição de ser mulher, que acabam sendo perpetuados pela estrutura social do patriarcado, e podem ser

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

vistos como tais dispositivos de sofrimento psíquico com impacto direto na saúde mental dessas pessoas. Foucault (1996) define o dispositivo como um conjunto de discursos, instituições, organizações, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, entre outros; resultando em uma “rede que se pode tecer entre esses elementos” (p. 244).

A maternidade aparece como um abnegação de si, carregando culpa quando não se estabelece o padrão normatizado de mãe. Entrelaçada com a maternidade, as tarefas do lar também somam como dispositivo de sofrimento. Além disso, todas as entrevistadas da pesquisa citada anteriormente situam-se em posição de silenciamento em algum momento da entrevista; tornando visível o padrão de mulher contida e calada, quase como uma função domesticadora. Traços que contribuem para isolamento, impotência, e depressão.

O ideal de beleza, outro marcador de sofrimento psíquico em mulheres, aparece também como dispositivo de silenciamento e de sofrimento. Porém, esse aspecto possui o agravante dos medicamentos, estes que estão em uso para combater o sofrimento psíquico mas que possuem características comuns de aumento de peso. Mulheres em situação de vulnerabilidade identitária, somando-se ao ideal de beleza padronizado pela indústria capitalista e a sociedade patriarcal, agravam a possibilidade de adoecimento pela via do sofrimento psicológico.

Revela-se assim o quanto as questões que geram sofrimento psíquico tem sua base nos estereótipos de gênero. A fala das mulheres nessa pesquisa foi marcada por dispositivos que causavam o lugar de silêncio que impera sobre a existência feminina. “O adoecimento psíquico de muitas mulheres, de classes sociais diferentes, de brancas e negras, está relacionado ao valor do silêncio que aprenderam.” (ZANELLO, 2018, p. 48). Dessa forma, o padrão de papéis sociais da condição de ser mulher, estabelecidos pelas condutas do modelo patriarcal tornam

invisíveis as questões de gênero existentes no adoecimento psíquico, debater essa articulação permite não só a reflexão do quanto a loucura e a expressão dos sintomas podem ser engendradas, mas também do quanto a naturalização dessas questões sociais pode ser intensificada pelas práticas psiquiátricas. Nesse sentido, ao se questionar essa prática reificadora, a articulação com a análise das relações de gênero nos autoriza a desconstruir um discurso cientificista e nos permite restituir as vozes dos ditos loucas e loucos, escutando as especificidades da cultura nessas falas. (ZANELLO; FIUZA; COSTA; 2015, p. 245)

Percebe-se a necessidade de um espaço, no qual pode-se refletir acerca das possibilidades de saída desse campo exageradamente psiquiátrico e patriarcal, visando uma mudança no campo da saúde mental a partir da escuta, do acolhimento e de uma estrutura epistemológica feminista.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Movimento feminista como promotor de saúde mental pensando a sociedade patriarcal

De acordo com Zanello (2018), o desempoderamento é um dos principais fatores relacionados ao que é denominado como transtornos mentais comuns, e a incidência desses quadros é muito maior entre mulheres. Pensando a partir da teoria de Fraser (2007), na qual a autora afirma que as mulheres, no movimento feminista, lutam por redistribuição, reconhecimento e representação; é plausível relacionar o espaço social de falta de poder econômico, social, político e cultural pertencente às mulheres como fator decisivo para maior incidência de quadros diagnósticos de sofrimento psíquico nessa população.

Lugares desempoderados levam ao sofrimento psíquico, o qual acaba por tornar-se vulnerável a transtornos mentais comum, e ainda, segundo Zanello (2018), são mais recorrentes em mulheres negras. Abre-se assim, espaço para uma discussão importante, há uma necessidade de não afirmar que exista algo próprio da condição de mulher, ao mesmo tempo que, há também uma necessidade de existência de algo em comum, mesmo que transitório, visto que sobretudo paira muitas desigualdades.

O movimento feminista mostra-se nessa pesquisa, como um espaço de empoderamento - pensando a palavra dentro da teoria de Fraser e não no processo de dominação do patriarcado -, e um promotor de saúde mental para pessoas na condição de mulher. Não se discute, nesse breve estudo, os recostes existentes dentro do feminismo, porém, entende-se os mesmos como necessários para acolher, proporcionando esse espaço de representação, autonomia e saúde mental, de modo que suas diferenças encontrem também identidades em comum.

Conclui-se esse estudo, ainda superficial, abrindo perspectiva para que a rede de saúde mental seja pensada a partir do feminismo, de modo que essa mesma rede aconteça com o objetivo de promover, e não apenas diagnosticar, medicalizar e regulamentar por via de quadros psiquiátricos, os quais mostram-se comprometidos se analisados pela normatização de sintomas direcionados pelo gênero.

REFERÊNCIAS:

BEAUVOIR, Simone. *Segundo Sexo: fatos e mitos*. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1983.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASARES, A. M. *Antropologia del gênero: cultura, mitos e estereótipos sexuais*. Madri: Cátedra, 2008.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FRASER, Nancy. *Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação*. Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto/2007, p. 291-308.

NIELSSON, Joice Graciele. *O liberalismo democrático-igualitário e a justiça feminista: um novo caminho*. São Leopoldo: 2016.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PINTO, Céli Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RITT, Caroline Fockink. *A violência doméstica contra a mulher: Uma afronta aos direitos humanos, direitos fundamentais e a dignidade humana*. In: Fazendo gênero 8 – corpo, violência e poder, 2008, Florianópolis. Anais eletrônicos: Florianópolis: UFSC, 2008, p.1-6.

SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, Doglas Cesar. *A (in)diferença no direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. 259 p.

SARTI, Cynthia Andersen. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto/2004, p. 35-50.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. *Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico*. Fractal: Revista de Psicologia, v. 27, nº 3, p. 238-246, set-dez 2015.

ZANELLO Valeska; GOMES, Tatiana. *Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade*. Caderno Espaço Feminino, v. 23, n. 1/2, p. 265-80, 2010.

ZANELLO Valeska; ROMERO, Ana Carolina “Vagabundo” ou “vagabunda”? *Xingamentos e*

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

relações de gênero. Revista Labrys Estudos Feministas, jul.-dez. 2012. Disponível em: Acesso em: 07 jul. 2018.